

EDUCAR PARA O COMER E O COMER PARA EDUCAR: O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E COMPREENSÃO DA PRÁTICA DA INTERSETORIALIDADE ENTRE AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Giorgia C. Russo ¹
Cristiane S. Cabral ²
Larissa Baraldi ³
Luiza Navarro de Azevedo ⁴
Luiza Delazari ⁵

INTRODUÇÃO

As políticas de alimentação e educação são agendas estratégicas para analisar processos de articulação democrática e intersetorialidade já que necessitam de visões integradas e regionalizadas. Este estudo discute os processos políticos e os desafios envolvidos na prática da intersetorialidade entre o setor da educação e da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir da análise da construção do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo (PLANSAN/SP). Para tal, foi realizada uma análise documental do processo de construção do PLANSAN/SP com base nas conferências regionais, estratégia que permitiu a observação da institucionalização da participação social e de como os interesses se consolidam em políticas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional e a prática da intersetorialidade tornou-se um elemento essencial para concretizar suas diretrizes. (Peixinho a., 2013; Stolarski m, et al., 2017)

A análise de políticas públicas oferece elementos essenciais para se compreender tanto os desafios atuais do mundo político quanto as formas de respondê-los (Oliveira OP

¹ Mestre em Políticas públicas de alimentação pela Universidade de São Paulo – USP, giorgiarusso@gmail.com ;

² Pós doutora em estudos de população pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP cabralcs@usp.br;

³ Doutora em Nutrição e Saúde Pública pela Universidade de São Paulo – USP ibaraldi@unicamp.br;

⁴ Graduanda de Nutrição pela Universidade de São Paulo – USP, luizanavarrodea@gmail.com;

⁵ Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, luizadelazarib@gmail.com



et al, 2021). Um importante desafio político é o processo de descentralização das políticas públicas, que transformou profundamente a ação pública, levando à ascensão dos poderes regionais e metropolitanos e transformando as relações de poder (Epstein R., 2021). Esse processo de territorialização gera a mobilização de múltiplas instituições e atores na definição e implementação de políticas públicas e, conseqüentemente, promove mudanças no âmbito da análise de políticas. Dessa forma, ganham centralidade os questionamentos sobre o modo de envolvimento dos atores locais nos processos de ação pública e sua forma de construir soluções locais articuladas com seus contextos (Epstein R., 2021).

A perspectiva da Sociologia da Ação Pública pode ser um importante eixo analítico para apoiar na compreensão dos elementos que promovem a intersetorialidade e participação social, já que reconhece que a ação pública é concebida como um espaço sociopolítico construído principalmente pela atuação dos agentes da política (Oliveira OP et al, 2021) e foi usada como referencial teórico para esse estudo.

O presente estudo investiga a prática da intersectorialidade a partir da análise documental das conferências de SAN enquanto um mecanismo participativo de construção da ação pública, de forma a observar e compreender esses processos políticos na área de alimentação e nutrição. Parte-se do pressuposto de que as conferências de SAN assumem um papel ímpar no aprimoramento da ação pública para transformação dos sistemas alimentares.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Estudo com abordagem qualitativa, com vistas a reunir um conjunto de elementos capaz de subsidiar a análise sobre a prática da intersectorialidade e a intersecção de políticas públicas, a partir de análise documental do processo de construção do PLANSAN/SP. A análise documental possibilita a criação de novas maneiras de compreensão dos fenômenos, o que, complementarmente, leva a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (Sá-Silva J et al., 2009).

O processo de construção da PLANSAN/SP se deu em muitas etapas de participação social e foi assessorado e registrado por acadêmicos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e por oficiais de governo, estando estes registros e relatórios disponíveis na plataforma da Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária (Rede SANS, 2023). A plataforma,



acessada em 26 de fevereiro de 2023, continha um total de 170 documentos disponíveis, os quais compõem parte do material empírico de análise deste estudo. O presente estudo compilou uma ampla heterogeneidade de materiais disponíveis na plataforma REDESANS, evidenciando a preocupação em não restringir a análise apenas aos documentos oficiais de governo. Foram analisados documentos provenientes de diversas fontes e formatos, que registraram o processo em questão. Entre os materiais utilizados, destacam-se atas oficiais de reuniões do Conselho de Segurança Alimentar e nutricional do Estado de São Paulo (CONSEA/SP), do Comitê Técnico e da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar do estado de São Paulo (CAISAN/SP), apresentações, registros de atores, relatórios das conferências, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental trouxe à luz elementos concretos da formulação de uma ação pública, permitindo afirmar que a construção do PLANSAN/SP se configurou como um excelente campo para a investigação do complexo processo político de articulação entre a SAN e a educação. Além disso, a análise possibilitou compreender os meandros da prática da intersectorialidade, evidenciando as principais intersecções entre essas duas políticas, os interesses dos atores envolvidos e as dinâmicas organizacionais que permearam o processo.

Elementos estruturantes do processo político intersectorial: espaço para articulação de saberes em torno da construção de soluções

O processo político intersectorial se caracteriza por uma integração de ações e saberes para formular políticas públicas que alcancem realidades diversas, permitindo uma análise dos problemas locais e a construção de estratégias pactuadas para resolvê-los. Para tratar da multidimensionalidade e complexidade dos sistemas alimentares, as políticas de alimentação e nutrição requerem ações intersectoriais integradas que se somam e se potencializam ao caminhar na mesma direção.

A construção do PLANSAN/SP contou com a participação social efetiva, viabilizada pelas conferências, que se configuraram como um espaço de mobilização da sociedade, escuta qualificada e articulação de saberes. A superação das estruturas fragmentadas do Estado merece destaque neste processo, o que foi possibilitado pela



participação de técnicos de governo de diversos setores e pelo apoio técnico da universidade, promovendo a integração das demandas da sociedade às ações estratégicas do governo.

Ações de intersecção entre Educação e SAN

A diversidade de ações relacionadas à educação que foram debatidas no processo de construção do PLANSAN/SP permitiu observar a transversalidade do setor de educação na política de SAN. As ações da educação integram a política de SAN e se consolidam como um setor importante na concretização desta. Esse imbricamento explicita e reforça a necessidade dessas políticas serem tratadas de maneira integrada.

Ao organizar a diversidade de ações de SAN relacionadas ao setor educação, observou-se que a intersecção dessas políticas poderia ser agrupada em dois conceitos-chave: Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e Ambiente Alimentar, ambos direcionados à garantia do DHAA. Destaca-se o movimento de retroalimentação entre esses eixos, no qual o ambiente educa para o comer, ao proporcionar a oferta de alimentos adequados e saudáveis (Hawkes C et al., 2020), enquanto a educação, por sua vez, gera conscientização e, portanto, demanda por transformações no ambiente para atender ao desejo do consumidor consciente de se alimentar de forma adequada.

A EAN como campo de ação de saúde, educação e segurança alimentar

A EAN é um campo de ação de SAN que contribui para a realização do DHAA da população, além de ser uma estratégia crucial para a promoção da saúde.²⁵

As atividades de EAN precisam ser adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e, portanto, é muito promissor que esse debate integre a construção de planos regionais de SAN. As ações sobre EAN para a promoção da saúde foram muito mencionadas durante a construção do plano, o que indica que os atores sociais que participaram do processo de construção do PLANSA/SP identificaram a escola como um espaço elementar para a promoção da saúde, principalmente por ser capaz de formar cidadãos conscientes de suas escolhas alimentares por meio da EAN apontando para ações que permeiam o processo de ensino e aprendizagem e forma transversal.

Outro aspecto da EAN muito mencionado é a abordagem da EAN integrada às diversas dimensões de um sistema alimentar saudável e sustentável e na perspectiva de valorizar e resgatar a cultura alimentar com necessidade de abordagem da história da



alimentação, tradições e alimentos regionais, práticas culinárias, entre outros aspectos. As menções a esse tema durante a construção do plano apontam para a necessidade de formação e envolvimento dos atores sociais da comunidade escolar, fortalecendo-os como sujeitos ativos nas ações de EAN e promovendo espaços de troca e articulação de conhecimentos

A elaboração do PLANSAN/SP se mostrou um campo promissor na criação de ações de EAN que dialoguem com os contextos dos territórios, desenvolvendo o senso crítico dos estudantes quanto ao impacto das escolhas alimentares na saúde, na sociedade e no meio ambiente. Os debates de SAN em torno de EAN reforçam a necessidade de formação de atores sociais, do fortalecimento de programas já existentes, como o PSE, e de estruturação das ações de EAN em trilhas de aprendizagem atreladas ao currículo para preparar o estudante para tomar decisões informadas sobre sua alimentação, promovendo a autonomia e a capacidade de garantir sua própria SAN, optando por alimentos de qualidade que atendam às suas necessidades nutricionais, promovendo saúde, bem-estar e sustentabilidade..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu observar a construção política do PLANSAN/SP sob a perspectiva da educação básica, apontando para as diversas ações que interseccionam essas políticas. Um espaço social como a construção de um plano de SAN é extremamente propício para viabilizar mudanças na ação pública que promovam a garantia de direitos. Isso ocorre por meio da construção de instrumentos e indicadores que fortalecem a exigibilidade desses direitos, além do desenvolvimento de habilidades nas instituições governamentais e nos agentes públicos, capacitando-os para atuar de forma eficaz na promoção e implementação dessas garantias.

A pluralidade e a consistência dos debates e propostas que foram convertidas em ações no PLANSAN/SP indicam a importância da participação social na construção de políticas públicas, evidenciando que a inclusão de diversos atores (gestores, agricultores, nutricionistas, acadêmicos, etc.) no processo de elaboração do PLANSAN/SP contribuiu para a criação de soluções mais eficientes e conectadas com a realidade local.

Conclui-se que espaços como o CONSEA e a CAISAN são fundamentais para mobilizar diferentes setores e integrar saberes, promovendo políticas públicas mais viáveis e conectadas com as necessidades dos territórios. A construção de planos



regionais de SAN, como o PLANSAN/SP, representa uma oportunidade para o fortalecimento da democracia e promoção da transição para sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, contribuindo para a garantia do DHAA e para a promoção da equidade social.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Intersetorialidade, Direito humano à alimentação adequada e saudável, Educação Alimentar e nutricional, Participação social, Ambiente alimentar escolar.

REFERÊNCIAS

AKERMAN M, ET AL. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS!. Cien Saude Colet. 2014;19(11):4291-300.

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 17 jun 2009 [citado em 5 mar 2022].

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006 [citado em 4 abr 2024].

EPSTEIN R. Sociologia da ação pública local: governança territorial e gestão remota. In: Oliveira OP, Hassenteufel P, organizadores. Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: ENAP; 2021. p. 274-91.

HAWKES C, ET AL. Double-duty actions: seizing programme and policy opportunities to address malnutrition in all its forms. Lancet. 2020;395(10218):142-55..

PEIXINHO A. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Cien Saude Colet. 2013;18:909-16.

OLIVEIRA OP, et al. Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: ENAP; 2021.

Rede SANS. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Internet]. São Paulo: Rede SANS; [citado em 27 abr 2025]. Disponível em: <http://redesans.com.br>

SÁ-SILVA J, ALMEIDA CD, GUINDANI JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Rev Bras Hist Cienc Soc. 2009;1(1):1-15.

STOLARSKI M, ET AL. Alimentação escolar: da soja à comida de verdade. Rev Paranaense Desenvolv. 2017;38(133):147-61.

